

Resenha comentada

Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre grilos, latifúndios, cobiças e tensões (2008), de Maria da Conceição Araújo Castro.

Labor mobilization in Amazon: the West of Para, among squatters, latifundia, greeds and tensions (2008), from Maria da Conceição Araújo Castro.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor, São Paulo, junho de 2008.

PhD thesis presented to the Post-Graduate Program in Human Geography, Department of Geography, School of Philosophy, Literature and Human Sciences, University of São Paulo. São Paulo, June 2008.

Samuel Frederico¹ & Pablo Ibañez²

A tese analisa a mobilização dos trabalhadores rurais no município de Santarém (PA), decorrente do processo de desenvolvimento de atividades produtivas modernas, caracterizada pelo trinômio: extração madeireira, pecuária e produção de grãos. A região de estudo se configura como uma área marcada historicamente pela grilagem e por conflitos no campo. Nas palavras da autora, esta tese “buscou mostrar que o processo de mobilização do trabalho se realiza no contexto de uma realidade, onde estão sendo criadas novas formas de produzir e de relações sociais, que rompem com antigos costumes, formas de fazer e de organizar o espaço, que foram moldados pela atividade extrativa no decorrer de vários séculos” (Castro, p.06)

¹ Doutor em Geografia pela USP e professor adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL);

² Mestre em Geografia pela USP e pesquisador convidado da Faculdade de Medicina da USP ibanez.pablo@gmail.com

A tese defende que a mobilização dos trabalhadores é determinada “pela força mobilizante da forma mercadoria” (Castro, p.02), que se realiza por meio do conflito e da violência. Como estudo de caso, foram escolhidos a Gleba Pacoval, onde existem diversos projetos de assentamentos do governo federal, como o “PA Corta Corda”, e, também, o bairro periférico da Alvorada, onde se fixam as populações expulsas do meio rural. Ambos são localizados no município de Santarém.

Um minucioso trabalho de campo foi realizado, extraindo grande quantidade de informações sobre o cotidiano das comunidades analisadas, como o modo de produzir, o deslocamento, as casas, as reuniões das associações, os anseios e histórias pessoais, relatando a vida dos moradores, com a transcrição em diversas passagens, de suas falas e ações, no dia-a-dia.

Para tentar se aproximar da realidade analisada foram elencados alguns conceitos que compõem a teoria maior da pesquisa. O conceito mais trabalhado, e que inclusive dá o nome à tese, é de “mobilização do trabalho”. Esta idéia é tratada segundo a definição oferecida por Gaudemar (1977) e por Toledo (2006, p.04) como o resultado “do debate sobre a questão migratória e coloca em foco a mercadoria como forma de mediação da reprodução das relações de produção da sociedade”.

A idéia de fronteira agrícola parte da definição oferecida por José de Souza Martins, como o lugar da alteridade, do encontro de forças e tempos antagônicos, onde se multiplicam os conflitos, as tensões e as violências. No caso, é o encontro entre o tempo dos trabalhadores rurais locais que vivem, sobretudo, da subsistência e da venda de um pequeno excedente, com a temporalidade dos grandes capitalistas, tanto os madeireiros quanto os agropecuários. O estudo também se baseia na concepção de “não-simultaneidade” de R. Kurz (1992), para explicar os descompassos entre os diferentes movimentos provenientes da consolidação do modo de produção capitalista, em regiões onde a reprodução social ainda não é fortemente transpassada pelas relações capitalistas.

Apesar de enfatizar as distintas temporalidades presentes na região santarena, a autora não operacionalizou de forma enfática a categoria tempo como é proposto na introdução, explicando as diversas temporalidades existentes na fronteira. A lógica implantada em Santarém, a partir do final da década de 1990, é a mesma presente nos cerrados brasileiros. Um novo tempo surge, com a chegada de grandes produtores agrícolas, verdadeiros capitalistas do campo, das grandes empresas exportadoras de grãos, chamadas de *tradings*, e de uma série de técnicos vinculados à agricultura moderna. As cidades tornam-se o centro da produção, ao reunir

uma série de fatores produtivos funcionais ao campo moderno. No caso de Santarém, o que ocorre é um embate entre o novo tempo, representado pela chegada dos capitalistas modernos, os quais exigem uma nova organização do espaço urbano e regional, com a inércia espacial, representada pela configuração espacial e pela organização social pretérita³.

Outras categorias indicadas para se analisar a realidade estudada, mas que também não foram operacionalizadas ao longo da tese, são os conceitos de território e região. No caso do conceito de território, a referência utilizada é a definição oferecida por Andrade (1995), que, para ela, se aproxima da concepção de Raffestin (1993). Neste sentido, a noção de território se diferencia da definição de espaço, constituindo-se uma relação de poder, ou seja, a forma como o poder se materializa no território. Para Raffestin (1993), a abordagem econômica do território envolve um jogo de forças nos quais diversos agentes (Estado e empresas) usam a natureza enquanto recurso. Dessa maneira, a definição de território vai muito além de uma simples variável político-militar, como é tratada muitas vezes, para se configurar como uma perspectiva materialista. A autora poderia ter demonstrado como trabalhadores rurais, madeireiros, pecuaristas, sojicultores e o Estado, ou seja, diferentes agentes usam o território de forma diferenciada, pautados em lógicas distintas. Aqui, a definição oferecida por Milton Santos de “território usado” – entendido como o “território de todos”, mas também como a ação de cada agente se materializa em territorialidades distintas – oferece uma perspectiva interessante para debater a questão.

Com relação ao conceito de região, caracterizado por uma grande polissemia, a autora apóia-se na idéia de “região do capital”. Neste sentido, a região expressa um “modo particular de realização da riqueza, como parte da totalidade da dinâmica capitalista” (Castro, p.14). Esta compreensão é pertinente, mas não consegue abarcar as inter-relações estabelecidas, no atual período da globalização, entre o lugar e o mundo. A região, tanto hoje quanto no passado, constitui um “lugar funcional do todo” (Santos, 1985), devido ao estabelecimento de vínculos cada vez mais intensos com áreas distantes, tornando-se funcionais às ordens e demandas externas. Este novo tratamento dado à noção de região pode ser verificado, entre outros fatores, na produção de soja no entorno de Santa-

³ Um estudo mais detalhado sobre a expansão das fronteiras agrícolas modernas e da maneira como o território vem sendo usado corporativamente pode ser encontrado na tese de Frederico (2009), intitulada “O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos”.

rém (PA), onde se reúnem fatores produtivos especializados e funcionais a agricultura moderna da soja – é, por exemplo, o caso do porto da Cargill.

Para retratar com mais acuidade o fenômeno da constituição, no território brasileiro, de regiões funcionais ao “mercado mundial”, Castillo (2008, p.58) propõe adjetivá-las de competitivas. A região competitiva, segundo o autor, constitui “um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos”. A competitividade, além de ser um atributo das empresas e dos governos, é também um atributo dos lugares, devido às diferentes densidades técnicas (disponibilidade de infra-estruturas de comunicação, transporte, energia, pesquisa, desenvolvimento de cultivares adaptados à região) e normativas (incentivos fiscais, denominações de origem, acordos entre o poder público e empresas) existentes entre as regiões, e que permitem maior ou menor fluidez territorial (Arroyo, 2001) para os diferentes agentes. Dessa forma, uma das “virtudes” que a região precisa ter para se tornar competitiva é possuir uma eficiente logística de produção, daí a construção do porto graneleiro da Cargill, na cidade de Santarém (PA). Com relação à Amazônia Legal, Viana *et al.* (2007) propõe que a região possui diferentes situações geográficas⁴, sendo, as áreas especializadas no agronegócio, intituladas de situações de uso corporativo do território. Esta denominação se aproxima das regiões competitivas e busca evidenciar as exacerbadas desigualdades de oportunidades e os conflitos daí resultantes.

Apesar de não operacionalizar os conceitos supracitados ao longo do trabalho, exceto a noção de “mobilização do trabalho”, a tese é bem formulada e mostra o grande comprometimento e envolvimento da autora com as questões analisadas. O estudo caracteriza-se como uma tese de denúncia das atrocidades que vem sendo cometidas no município de Santarém (PA), decorrentes, sobretudo, da luta pela terra.

Além da questão fundiária e da discussão sobre a convivência e cooperação histórica do Estado com os grandes projetos capitalistas materializa-

⁴ Ao analisar a Amazônia Legal, Viana *et al.* (2008) propõem uma regionalização baseada na identificação de diferentes situações geográficas como: uso corporativo, caracterizada pela presença de atividades modernas de produção; uso conservacionista, devido à presença de grandes unidades de conservação; fronteira, por possuir normas e dinâmicas específicas devido à localização fronteira; metropolização (Belém e Manaus); e espaços opacos, regiões caracterizadas pelo baixo dinamismo econômico.

dos na Amazônia, as seguintes questões são também discutidas com ênfase: 1) a oposição entre as imposições do capital externo, nos momentos de maior pujança econômica da Amazônia, às formas locais de subsistência, nos momentos de menor dinamismo econômico; 2) a mobilização da força de trabalho, exemplificada pela migração intra e inter-regional; 3) a presença de um campesinato tipicamente amazônico, de certa maneira autônomo, principalmente quando os pequenos posseiros ou proprietários produzem para a sua própria subsistência; 4) a mobilização dos trabalhadores rurais devido à rápida reprodução dos capitais agrícolas e pecuários, contexto em que a terra, meio fundamental de produção para as atividades agrárias, encontra-se no epicentro de um grave problema fundiário.

A tese está organizada em quatro capítulos, tendo os três primeiros uma forte carga histórico-descritiva. No capítulo de abertura há uma retrospectiva histórica da Amazônia, com a análise de como a região oscila entre duas lógicas: a de produzir/extrair para o mercado e a de extrair para a subsistência. No atual momento, com a difusão da fronteira agrícola moderna, a lógica do mercado é predominante, devido à inserção do território brasileiro como um *player* importante nas exportações de *commodities* agrícolas, o que requer a modernização e expansão das terras agricultáveis. Também são feitas referências aos fluxos migratórios e aos conflitos recentes resultantes da chegada, principalmente, de sulistas visando o agronegócio. O segundo capítulo trata da ocupação da terra na Amazônia, especialmente no Pará; faz-se uma retrospectiva histórica da formação do latifúndio no Brasil, com origem nas sesmarias e nos decretos que transferiram 70% das terras paraenses para o domínio federal, em favor de grandes projetos públicos e privados, a partir da década de 1970. O terceiro capítulo baseia-se nas pesquisas feitas pela autora, configurando-se quase que como um diário de campo, e analisa mais particularmente as dinâmicas da Gleba Pacoval, onde se localiza o Projeto de Assentamento Corta-Corda (justamente o lugar da pesquisa de campo). Por fim, no quarto capítulo, que apresenta o núcleo da tese, a autora analisa a mobilização do trabalho na região de Santarém, que tem como força motriz a chegada da atividade agrícola moderna e a conseqüente luta pela terra.

Alguns apontamentos históricos

A grande marca do processo de colonização e ocupação da região amazônica é sua dinâmica muito particular, pautada na demanda do mer-

cado externo e “formação de uma força de trabalho de origem indistinta (índio, negro ou outra), móvel e submissa o bastante para seguir as trilhas que conduziam às riquezas (...)” (pag. 21). A fartura de recursos naturais e o grande vazio demográfico fizeram da região um lócus privilegiado da exploração da terra e, como consequência desse processo, os conflitos de variadas ordens foram se intensificando.

É interessante notar que não apenas as produções voltadas para exportação contribuíram para o acirramento da exploração dos trabalhadores e dos conflitos pela terra. Os produtos chamados de ‘segunda linha’, ou seja, aqueles relacionados com o cotidiano da região e que eram a base produtiva de diversos lugares, tinham uma função social e econômica de grande importância, sobretudo, porque permitiam autonomia a uma série de lugares, além da garantia, em momentos de crise nas exportações, de sobrevivência das instituições políticas, civis e religiosas. Esse grau de importância aliado à modalidade de troca desses produtos, majoritariamente feita por escambo, evidenciava também uma forma de violência, através da coerção e da intimidação, bastante evidente naquela área, como denuncia a autora. Do ponto de vista histórico, porém, a tese privilegiou a análise do extrativismo e a passagem para outras atividades econômicas, como o agronegócio.

Segundo autores como Prado Jr. (2004) e Weinstein (1993), o extrativismo na região está associado ao fato da área ser de difícil acesso, em função de sua densa floresta, e de difícil instalação das *plantations*, por uma série de fatores, como a falta de mão-de-obra e infra-estrutura, a terra inadequada, e o rendimento duvidoso. O início do extrativismo remonta ao século XVI, com a exploração das drogas do sertão. Produtos como plantas medicinais, guaraná e ervas aromáticas, como canela, baunilha e cravo são os exemplos mais utilizados, além, é claro, da exploração da madeira, com o conseqüente desmatamento.

Os períodos extrativistas posteriores estão relacionados com a exploração da borracha e podem ser divididos em dois ciclos: de 1879 a 1912; e de 1942 a 1945. O uso do conceito de ciclos é justificado com base na observação de que a borracha, assim como outros produtos, a exemplo do cacau, atravessou momentos de ascensão e queda de importância, ao longo da história. A dependência externa é um dos eixos fundamentais para o entendimento desse processo. Com base no estudo de Mamed (2007), é relatado o processo de endividamento externo para a construção da infra-

estrutura necessária à produção e ao escoamento da borracha, tendo em vista que os interesses do governo brasileiro estavam mais concentrados nos negócios relacionados ao café. “Assim, a política imperialista do grande capital monopolista encontrou plena corporificação no financiamento da economia gomífera na Amazônia. Logo, o controle do processo de produção esteve essencialmente nas mãos dos centros industriais situados na Inglaterra e Estados Unidos (...)” (Castro *apud* Mamed, 2005).

Manaus e Belém, que ostentavam riqueza e contavam com substanciais aparatos de lazer, tornaram-se importantes centros decisórios e de distribuição de alimentos, pela existência de entrepostos de produtos, e de mão-de-obra. As migrações em busca de trabalho provinham, majoritariamente, do nordeste brasileiro e eram fortemente incentivadas pelo governo. Apesar de essas duas cidades terem despontado em importância, diversas outras, de menor porte, foram surgindo, enquanto outras já existentes se fortaleciam como centros de apoio e bases de exportação. Foi assim que Santarém ganhou notoriedade, ainda no período colonial, principalmente por estar situada às margens do Rio Tapajós.

As concessões de terra no município revelam diversas complicações. Apesar de parte estarem amparadas por estatutos jurídicos, ainda existem muitos conflitos decorrentes da ocupação irregular de áreas de domínio público, e que dividem a cidade em duas, havendo uma Santarém ‘formal’ e uma outra, ‘informal’. A dinâmica acelerada do processo de uso e ocupação do solo torna ainda mais complicada a situação. O mecanismo de ‘posse’ é o instrumento utilizado tanto na área rural quanto urbana, de maneira que os indivíduos com grandes posses são detentores de uma afirmação de poder e contam com ampla possibilidade de negócios. A pressão popular, por sua vez, é realizada através de associações de bairros, federações e demais entidades, que buscam reivindicar concessões e outorgas dos títulos registrados. É preciso levar em conta, ainda, os deslocamentos populacionais que vêm se intensificando em virtude da expansão da fronteira agrícola, contribuindo para o crescimento da população urbana e da ocupação de áreas próximas às estradas.

Em relação às atividades econômicas de Santarém, em 1661, quando seu nome ainda era Aldeia dos Tapajós, a extração de cacau se resumia à colheita na mata nativa. No século seguinte, quando já era produzido em lavouras, a partir de 1734 o cacau passou a ser a principal fonte exportadora, mas já estavam sendo desenvolvidas, também, as culturas de arroz,

café, milho, feijão, mandioca, algodão e tabaco. A atividade extrativista, que teve grande vigor nos períodos áureos da borracha, período não tratado na tese em relação à Santarém, vai perdendo a força, no início do século XX, dando lugar à diversificação, com a oferta de outros produtos que atendiam tanto ao mercado interno regional, quanto ao externo. Nas décadas de 1930 e 1940, cresceu a produção de juta. Em 1950 e 1960, foi a vez da exploração do pau-rosa. Na década de 1980, houve uma intensificação da atividade aurífera. Mas é a partir das décadas de 1970 e 1980 que ocorreu a mudança da base tecnológica, acelerada pela chegada do agronegócio, sendo emblemáticas as parcerias celebradas com grandes empresas do setor, a exemplo da Cargill, que hoje possui um terminal portuário no Rio Tapajós, com capacidade para exportar 800 mil toneladas de soja por ano. Ganharam relevância, também, as atividades pecuárias e de extração de madeira, com a construção das estradas Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163).

Os fluxos migratórios são elementos importantes de análise e demonstram uma clara diferença de padrão entre os nordestinos que se dirigiram àquela região e os sulistas. Obviamente esses não foram os únicos grupos a migrar, porque houve afluxo, também, de açorianos, japoneses, norte-americanos e judeus⁵. Na maior parte dos casos, as migrações estão associadas às crises vividas pelos migrantes nos seus locais de origem ou ao potencial das atividades econômicas desenvolvidas na região, com ou sem políticas explícitas do Estado brasileiro. A autora também chama atenção para um momento, por volta de 1877, em que houve migração de nordestinos, turcos, sírio-libaneses e judeus. Mas, os grandes fluxos, que configuram elementos significativos das dinâmicas atuais, se expandem na década de 1970.

Em um primeiro momento, já na década de 1970, os sulistas, oriundos de todos os estados da região Sul, dirigiram-se para a Amazônia motivados pelas campanhas governamentais e se instalaram próximos às rodovias. Realizavam trabalhos de infra-estrutura, extrativismos, serviços, ou seja, garantiam seu sustento com as oportunidades que apareciam. Eles, porém, acabaram voltando para suas cidades de origem. Já os que se dirigiram no final do século XX, ao longo da década de 1990, tinham

⁵ Castro (2008:64) realiza um quadro síntese desses fluxos específicos.

outro perfil. Em sua maioria, eram gaúchos e vinham do Mato Grosso como empreendedores, empresários do agronegócio. Houve, então, a introdução de novas formas de exploração da terra e do trabalho e, por conseguinte, de conflitos.

Já os nordestinos se dirigiram para a região em três períodos diferentes. O primeiro quando das grandes secas de 1877 e 1883. O segundo, em 1943, tendo como atrativo o reaquecimento da economia da borracha, em função da demanda gerada pela II Guerra Mundial. Por fim, nos anos 1970, com as políticas de ocupação realizadas pelo governo federal, a exemplo da expansão da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém) e da construção da Transamazônica. Suas principais atividades agrícolas, com participação também na atividade extrativista, sempre foram ligadas à subsistência ou ao abastecimento das cidades próximas. O que deve ficar claro é o fato de que, até hoje, grande parte dessa população vive em condições de trabalho precárias, sem remuneração garantida e extremamente dependentes de programas de transferência de recursos federais.

A grande questão refere-se aos embates gerados pelas novas identidades baseadas no empreendedorismo, e que opõem cultura local e fatores externos. Aparecem as idéias de ‘vencedores’ e ‘fracassados’, ‘os que podem’ e ‘os que não podem’ materializadas nos carros de alto padrão e no jargão ‘gaúcho’ utilizado para designar as pessoas ‘brancas’ de posse e com visão de futuro. A própria educação é um símbolo dessa dicotomia, explicitada pelo Instituto Luterano de Ensino Superior, com forte aceção empreendedora e um slogan particular: “a universidade preferida dos gaúchos”. Os novos serviços como de *lan house* ou fotorrevelação também podem servir de exemplos desse empreendedorismo voltado apenas para uma parcela da população.

Do ponto de vista econômico, alguns dados confirmam uma mudança radical em Santarém. O PIB da cidade saltou de R\$ 327 milhões, em 1994, para R\$ 1.235 milhões, em 2003, o que significa um crescimento bem acima da média nacional. Suas principais atividades, hoje, estão ligadas ao setor madeireiro, agropecuário, de transformação e de serviços (sendo este fortemente atrelado ao setor público). Houve um aumento significativo na participação das atividades agropecuárias no PIB, indicador que passou de 28,5%, em 2002, para 33%, em 2003. A explicação estaria nos investimentos na agricultura mecanizada (arroz, milho e feijão) e, principalmente, nos produtos voltados para o mercado externo (soja, sorgo e milheto). O cres-

cimento do setor agropecuário é apontado como alavanca para os serviços e o comércio, com a expansão de empreendimentos como casas comerciais, agências bancárias, escolas, universidades, lojas de maquinários agrícolas e de sementes, além de instâncias madeireiras.

Outra ênfase à questão econômica diz respeito ao que a autora chama de economia de provisão. Com base em uma pesquisa realizada por José Lima Pereira, intitulada “Mercado de Xaropes, Poupas de Frutas e Outros Produtos Regionais” (1999), Castro (2008) ressalta a importância da produção de frutas tropicais, farinha de mandioca, grãos variados, pecuária e pescado, realizada por “trabalhadores rurais com poucas posses de terra, baseada na pequena agricultura, na coleta de determinados bens e no artesanato” (p. 54). A renda desses trabalhadores é composta majoritariamente por esses produtos e por aposentadorias. O curioso é que um olhar mais descuidado poderia relacionar essas produções com um consumo exclusivamente local, fato não consumado, uma vez que 14% da produção é destinada à exportação.

Em suma, a autora explicita nesta parte do trabalho, a presença de ciclos transitórios ‘mágicos’ e imediatistas de crescimento, aliados às gritantes diferenças nas migrações de sulistas e nordestinos, que acabaram transformando a região em uma verdadeira ‘bomba-relógio’ da disputa de terra, tema que será melhor analisado posteriormente.

A questão fundiária

O problema central da mobilização do trabalho e do surgimento dos conflitos é a forma como a terra vem sendo apropriada no estado do Pará, em especial, na região de Santarém. Segundo Castro (2008) existem hoje no Pará 20 milhões de hectares de terras a ser regularizados. Do total de terras do estado, 55,6% são Unidades Territoriais de Gestão Especial (unidades de conservação, terras indígenas, etc.), enquanto 24% são administradas diretamente pelo Incra e apenas 20,4% estão sob responsabilidade do governo estadual.

A tese desenvolve uma longa análise do processo de apropriação da terra na Amazônia, destacando que desde o período colonial a atividade extrativa se espalhou por grandes extensões de terras, para a exploração de mercadorias exportáveis. O controle da terra já se concentrava em grandes áreas, baseando-se na produção extrativa de castanha, piaçava,

madeira, batata, sorva e borracha. A partir daquele período, a terra se converteu em mercadoria de grande valor, funcionando como instrumento de dominação e poder. Mesmo nos momentos em que a terra foi doada aos migrantes despossuídos, como nos projetos de colonização, o objetivo central, por trás da distribuição de terras, era de “desbravar a fronteira”, para depois entregar essas áreas aos grandes empreendedores.

Assim, ao longo da história de ocupação da Amazônia, observa-se uma cooperação estreita entre o Estado e o Capital. O Estado foi o responsável por conter as tensões sociais e estimular, por meio de diversos projetos, a ocupação da Amazônia, fornecendo a mão-de-obra necessária para os grandes empreendimentos estatais e privados. A ocupação da fronteira amazônica também tinha como objetivos amenizar as prementes reivindicações por reforma agrária em outras regiões do país, particularmente no Nordeste. Para Oliveira (2005), a imposição da lógica dos monopólios privados e da ocupação privada da terra é a raiz histórica da “Marcha para o Oeste”, da implantação dos projetos de mineração e da expansão da fronteira agrícola e contribui para o acirramento das tensões sociais e não necessariamente para amenizar problemas de distribuição de terras no país.

Ao analisar a região santarena, Castro (2008) destaca quatro pontos que caracterizam o processo de apropriação capitalista da região: 1) o desenvolvimento das forças produtivas na região vem se pautando pela contradição; 2) os empreendimentos capitalistas se sucederam continuamente na história, intercalando períodos de “euforia” e de “arrefecimento”, de maior exploração e/ou produção de bens exportáveis com a exploração e/ou produção para a subsistência; 3) as dinâmicas que tentam implantar as atividades produtivas atuais, como a apropriação privada das terras, são caracterizadas pela “pressa” e pela “agressividade”; 4) durante séculos, a apropriação e o uso da terra para a moradia e para a pequena produção se baseou na “palavra” e não no “papel”.

As formas modernas de apropriação e uso da terra – via atividade madeireira, pecuária e agricultura moderna – promovem uma quebra das antigas relações sociais, dos costumes e da organização espacial, que estava assentada na atividade extrativa. Para os moradores “tradicionais” nunca houve a preocupação de elaborar documentos formais de posse das terras, porque estas sempre pertenceram ao Estado e os moradores de certa maneira se acostumaram a essa situação. Com a chegada das atividades capitalistas mais modernas, as terras passaram a ter donos e aqueles “que estavam presos nos “compromissos da palavra, viram-se colocados na po-

sição de invasores de terras alheias, onde supostos donos mostravam os documentos de posse da terra” (Castro, 2008, p.181).

Os novos capitalistas recém chegados à região encontraram uma situação em que a maioria das terras não era registrada, embora houvesse moradores radicados. A tentativa de apropriação privada das terras desencadeou uma série de conflitos, bem como uma corrida de agentes interessados em legalizá-las e formalizar os títulos de posse. Um dos principais problemas, e que abriu espaço para a tomada de uma série de medidas ilegais e para a geração de conflitos, é a falta de informações sobre as terras tituladas, tanto as do Pará quanto as da União. Os dados são precários e não permitem saber com exatidão o total de terras tituladas, sua localização, extensão e quais são os titulares que foram aos cartórios efetivar seus registros de posse. No caso da região de Santarém “a tomada de terras pelos latifundiários para especular ou garantir a realização de empreendimentos madeireiros e agropecuários, é muito mais veloz do que as estruturas administrativas e operacionais disponibilizadas para organizar e fiscalizar todo o processo” (Castro, 2008, p.142).

Os grandes capitalistas da região, como madeireiros, pecuaristas e sojicultores, dispõem de mais recursos para a delimitação das terras, quando comparados aos pequenos trabalhadores rurais. A identificação das terras começa pelo levantamento cartoral, ou seja, a formalização da posse com um documento formal, lavrado em cartório. Após a primeira etapa, os títulos expedidos precisam ter localização definida e identificável, o que só é possível por meio do georreferenciamento da área. O problema é que a realização deste procedimento é extremamente cara para os pequenos agricultores e proprietários, fazendo com que os grandes capitalistas levem vantagem nos processos necessários para a apropriação.

A falta de informações sobre as terras é tão alarmante que nem a União e nem o estado do Pará possuem dados corretos sobre a extensão das terras devolutas existentes, o que abre espaço para todo tipo de falsificação de documentos. À carência de estrutura jurídica, administrativa e operacional, somam-se a ineficiência e a conivência de diversos setores da administração pública diante da pressão de grileiros e madeireiros para realizar negócios e lucros; da pressão do governo federal para a realização das metas da reforma agrária; e da ausência de um acompanhamento eficiente e contínuo dos processos de regularização fundiária. A reunião de todos esses fatores resulta no “assalto” às terras públicas, realizado pelos latifundiários, enquanto a reforma agrária continua estancada.

Para tornar ainda mais complexa a situação, as Superintendências Regionais do Incra de Belém e Santarém estão frequentemente sob monitoramento de órgãos da justiça, devido às constantes denúncias de corrupção de certos servidores que cuidam dos processos de regularização fundiária e de gestão dos assentamentos. Como exemplo, Castro (2008) cita a “Operação Faroeste”, realizada pela Polícia Federal, em 2004, que teve como objetivo principal desarticular um grupo especializado na grilagem de terras na região de Santarém e que levou à prisão dezoito pessoas, oito das quais funcionários do próprio Incra. Os casos de grilagem são constantes, como a mídia eletrônica noticiou em 2007, e também consta relatório do Greenpeace “Assentamentos de Papel, Madeira de Lei”, que aponta erros de procedimento e ilegalidades nos trâmites de criação de assentamentos, envolvendo diversos projetos de desenvolvimento sustentável (Serra Azul, Renascer II e Santa Clara) e projetos de assentamento (PA Moju), na região.

No caso da Gleba Pacoval, escolhida para a realização da pesquisa de campo e localizada entre os municípios paraenses de Santarém, Praia, Uruará e Medicilândia, existem diversos tipos de projetos de desenvolvimento sustentável, assentamento e agroextrativista. A Gleba está sob coordenação do Incra e já foram registrados 117 projetos, com pouco mais de 77 mil famílias envolvidas e cerca de 45 mil famílias assentadas. A demora na regularização das terras dentro da Gleba além de ser motivo de angústia para as famílias dos trabalhadores rurais que vivem ali, também abre oportunidades para as ações dos grileiros. Castro (2008) elenca algumas lacunas na fiscalização e nas ações do Incra em comunidades que vivem na Gleba, como: assentamentos improdutivos; assentados que possuem mais de um lote; posseiros que desconhecem a situação da terra que estão ocupando e, por isso, não conseguem pleitear os recursos necessários para moradia e trabalho; e a existência de informações descontraídas sobre a quantidade de assentados, fazendo com que o número aumente ou diminua conforme os diversos interesses.

Atualmente, as populações do município de Santarém (PA), tanto as radicadas no planalto como as ribeirinhas, possuem uma preocupação comum e cotidiana que é a demarcação de suas terras. Esta preocupação é premente tanto para as terras coletivas, dos quilombolas, por exemplo, como para de famílias que vivem na área há várias gerações. Para se proteger do assalto às suas terras, as famílias dos trabalhadores rurais têm se filiado às associações e sindicatos, articulando-se, também, com a

Pastoral da Terra. O estabelecimento dessas relações é fundamental para que possam enfrentar as forças latifundiárias, “que atuam com agilidade e competência em um contexto, onde a dominação territorial e as formas específicas de valorização do capital estão em curso. (...) Entende-se que o quadro social conflitivo na região estudada é a manifestação de um embate entre desiguais: as forças dominantes e os possíveis candidatos e deserdados da terra. Essa condição última é almejada e estimulada tanto pelo capitalista quanto pelo próprio Estado” (p.174). Os diversos mecanismos de luta encontrados pelos trabalhadores rurais da região para proteger suas terras têm se tornado um entrave para a fácil expansão da fronteira agrícola moderna, naquela região.

A mobilização do trabalho

A noção de mobilidade do trabalho utilizada pela autora é baseada na definição oferecida por Gaudemar, que expressa as diversas ações a que o trabalhador é forçado para conseguir uma ocupação que lhe garanta a sobrevivência, incluindo, além do processo migratório, uma série de outras alternativas.

Na região de Santarém (PA), as expropriações dos pequenos trabalhadores ocorrem para que suas terras sejam utilizadas como meio de produção para a realização de negócios (madeireiro, pecuário, agrícola), mas, diferentemente, dos tempos iniciais do capitalismo e da acumulação primitiva, esse fenômeno não ocorre para que os trabalhadores do campo sejam liberados para a atividade assalariada no meio urbano, engrossando o êxito rural. A maioria desses expropriados vira desempregado, na cidade, vivendo de pequenos “bicos” e negócios esporádicos.

Parte dos trabalhadores expropriados tem recorrido às alternativas oficiais para resolver seus problemas de sobrevivência, procurando se manter na terra por meio dos programas de reforma agrária. A outros resta apenas a opção de migrar para Santarém ou para outras frentes de expansão. Em Santarém, as opções não são muitas. Para os mais idosos, por exemplo, resumem-se à realização de pequenos serviços, ao trabalho ambulante ou, na melhor das hipóteses, à conquista da aposentadoria rural. Os mais jovens ainda conseguem emprego no comércio local ou no serviço público, quando possuem o mínimo de estudo necessário. Para as mulheres, as possibilidades de inserção são maiores, variando do emprego como doméstica à prostituição, quando são jovens.

Entre os bairros de Santarém que mais recebem migrantes do meio rural estão o Alvorada, o Novo Horizonte e o Nova Jerusalém, todos localizados em áreas periféricas da cidade. Recebem migrantes do planalto e também das regiões ribeirinhas. A população ribeirinha é composta, em sua maioria, por habitantes mais antigos, que vivem na região há várias gerações, enquanto a do planalto reúne moradores mais recentes, que chegaram há pouco tempo à região, vindos, sobretudo, do Nordeste. Conversas mantidas com integrantes da população migrante desses bairros, por ocasião do desenvolvimento da tese, revelam que a maioria mudou-se para a cidade em busca de mais oportunidade de trabalho e de educação para os filhos, por motivos de saúde e também devido à pressão pela posse da terra.

Uma novidade, na região, é o que a autora chama de “êxodo rural às avessas”, com o retorno de parte da população ao campo. Neste contexto, dois fatos tem sido decisivos para que muitos trabalhadores façam o caminho de volta: a possibilidade de se aposentar por idade e a chance de conseguir um lote de terra. Aliás, as duas situações estão relacionadas, pois sem a terra não há chance de aposentadoria. A previdência rural tem como principal mérito a universalização do direito da população rural brasileira ao benefício, sem que seja preciso comprovar a contribuição, mas, desde que o pleiteante tenha exercido atividade agrícola. Para isso é necessário apresentar algum documento que comprove vinculação à atividade rural durante pelo menos 13 anos, como declarações de filiação a qualquer sindicato rural, certidões de casamentos, boletins escolares, e/ou a confirmação por testemunhas. O trabalhador rural também precisa ter mais de 60 anos, no caso dos homens, ou 55 anos, no caso das mulheres, além de não ter tido empregados, de recorrer apenas à mão-de-obra familiar e de vender, no máximo, o excedente produzido. Segundo a análise da autora, as políticas de assentamento e, principalmente, a aposentadoria rural são dois mecanismos que tem surtido um grande efeito para a fixação dos trabalhadores no campo.

Para finalizar

A lógica de organização do território de Santarém é semelhante à lógica de expansão das fronteiras agrícolas modernas, nas áreas de cerrado. O que se observa, é a reunião de uma série de fatores produtivos

com o intuito de viabilizar a produção moderna destinada, sobretudo, ao mercado externo, em detrimento da lógica de organização espacial anterior, dos trabalhadores rurais. O objetivo de tornar o Oeste do Pará numa região competitiva e funcional (Castillo, 2008), do ponto de vista do agronegócio, ao mercado mundial, levou a uma série de problemas, como: a utilização de meios ilícitos para apropriação privada de terras públicas, o desapossamento de famílias rurais que utilizam a terra como meio de produção, a expansão migratória dos despossuídos do campo, e a migração descendente (Santos, 1993), dos produtores e técnicos ligados ao campo moderno, em direção à cidade de Santarém.

Os novos eventos, relacionados à difusão capitalista moderna, fazem com que os trabalhadores rurais adotem atitudes diferenciadas para a resolução dos seus problemas, como: a tentativa de se inserir nos programas de reforma agrária do governo federal, seja migrando para Santarém ou outra área de expansão ou partindo para o confronto, “negando a condição de expropriado” (Castro, 2008, p.199). As áreas de fronteira são lugares do enfrentamento de temporalidades distintas, e neste caso, pode-se afirmar que o “velho”, relacionado às antigas relações sociais, pautadas nas atividades extrativistas e na produção de subsistência, está sendo rapidamente aniquilado pelo “novo”, ou seja, pela difusão das atividades modernas de produção. Mas, essa relação não ocorre sem resistências, como foi analisado pela autora com os trabalhadores rurais da região santarena que se organizam em torno de associações e sindicatos de produtores, e buscam se aposentar como trabalhadores rurais ou se inserir nos programas estatais de reforma agrária. Estes trabalhadores vivem o tempo lento de sua região e conseguem perceber, no cotidiano, as fábulas e perversidades impostas pelos grandes capitalistas, estabelecendo, como forma de defesa, relações pautadas na solidariedade orgânica, reinventando, a cada dia, suas formas de luta.

Referências bibliográficas

- Andrade MC. A Questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- Arroyo M. Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2005.
- Castillo RA. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS: Unisc, v. 1. 2008.

- Castro MC. Mobilização do trabalho na Amazônia: o Oeste do Pará entre Grilos, Latifúndios, Cobiças e Tensões. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2008.
- Frederico S. O Novo Tempo do Cerrado: expansão dos fronts agrícolas e o controle do sistema de armazenamento de grãos. São Paulo: Tese Doutorado, DG/FFLCH/USP, 2009.
- Gaudemar JP. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- Kurz R. O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- Mamed LH. “Amazônia Ocidental (1870-1970): O Processo de Incorporação do Artesanato pela Grande Indústria na Formação Social do Acre”. In: I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina “Uma outra América é Possível? O Significado das Lutas Populares Hoje”. Anais do I Simpósio Estadual Lutas Sociais na América Latina - “Uma outra América é Possível? O Significado das Lutas Populares Hoje”. Londrina, PR : GEPAL - UEL, v. 1CD, 2005.
- Oliveira AU. BR 163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: Torres M. (Org.) Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR 163. Brasília: CNPq, 2005.
- Prado JR. C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Raffestin C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- Santos M. Espaço e método. São Paulo: Ed. Hucitec, 1985.
- Santos M. A urbanização brasileira. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993.
- Toledo CA. “O estudo da área no sentido da formação: uma geografia de um processo de modernização regional e de caráter contraditório”. Texto produzido a partir do grupo de estudo no Labur. 2006.
- Viana ALA et al. Sistema de saúde universal e território: desafios de uma política regional para a Amazônia Legal. Cad. Saúde Pública 2007; 23 (supl. 2): S117- S131.
- Weinstein B. A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850 – 1920). São Paulo: HUCITEC. 1993.

